

DECOLONIALIDADE E EDUCAÇÃO: REPENSANDO AS RELAÇÕES DE PODER NO AMBIENTE ESCOLAR

Tadeu da Silva Ferreira¹

RESUMO

O trabalho de pesquisa se concentra na abordagem da decolonialidade na educação, visando repensar as relações educativas e abordar as situações de resistência dos alunos às normas. Começando com uma contextualização do colonialismo e sua influência nas estruturas de poder, exploramos como a decolonialidade surge como uma resposta crítica a esses legados coloniais. A decolonialidade busca questionar as estruturas de poder, reconhecer a pluralidade de saberes e identidades culturais, e promover uma educação equitativa e emancipatória. No contexto educacional, a decolonialidade pode ser vista como fundamental para promover uma educação que valorize a diversidade e construa relações de diálogo e colaboração, compreendendo que as relações de poder dentro da escola muitas vezes perpetuam dinâmicas de subalternidade e resistência dos alunos. A pesquisa adota uma abordagem exploratória e explicativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental no qual será realizado uma análise de dados das plataformas Capes e ANPed. O estudo será qualitativo, analisando o conteúdo dos documentos coletados para compreender as perspectivas dos pesquisadores sobre o pensamento decolonial na educação e as situações de resistência discente. Com base nos resultados, conclui-se que é imperativo dar mais atenção ao tema da decolonialidade na educação, ouvindo as vozes dos discentes e repensando as práticas pedagógicas e as relações de poder no ambiente escolar. Essa abordagem não apenas pode melhorar a experiência educacional dos alunos, mas também contribuir para uma sociedade equitativa.

Palavras-chave: decolonialidade. resistência discente. relações de poder. subalternidade. indisciplina.

1 INTRODUÇÃO

A educação é um espaço social que reúne indivíduos de diferentes contextos, culturas e vivências, tornando-se um campo fértil para os indivíduos se desenvolverem integralmente. No entanto, a diversidade de experiências e saberes muitas vezes se confronta com a resistência de normas e práticas pedagógicas que privilegiam um único ponto de vista. Nesse sentido, torna-se fundamental pensar em uma educação que acolha e respeite as diferenças, levando em conta a perspectiva do pensamento decolonial.

Assim, no âmbito da educação contemporânea, o tema central deste trabalho é a decolonialidade na educação, uma perspectiva que se destaca como um contraponto ao tradicionalismo arraigado nas práticas educativas herdadas de contextos coloniais. Nesse contexto, o foco se concentra na análise da educação sob uma lente pedagógica humanizadora, que busca redefinir as relações de poder e superar as influências do passado

¹ Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: tadeu.ferreira@ufpe.br

colonial.

O pensamento decolonial emerge como uma resposta crítica ao paradigma tradicional que perpetua relações de poder desequilibradas e reflete influências do período colonial, caracterizado por dinâmicas de subalternidade. Através dessa perspectiva, busca-se não apenas desafiar as estruturas enraizadas, mas também fomentar uma educação inclusiva, que reconheça a diversidade cultural e promova o respeito pelas identidades individuais e coletivas.

Compreender a dinâmica entre a decolonialidade na educação, as relações de poder e a resistência discente exige uma análise profunda das influências históricas, sociais e culturais que moldaram as práticas educativas contemporâneas. Este trabalho explorou como essas perspectivas se entrelaçam, questionando as estruturas de poder vigentes e apontando para um futuro educacional que busque práticas equitativas e éticas.

Um ponto interligado a este pensamento decolonial se trata da alteridade que, enquanto conceito, refere-se à ideia de reconhecer o outro como diferente, respeitando suas singularidades e subjetividades. No contexto educacional, a alteridade pode ser pensada como uma postura pedagógica que valoriza e promove a diversidade cultural e social dos alunos, estimulando a construção de relações mais justas e igualitárias.

As normas escolares, as relações de poder presentes em sala de aula advindas de uma educação bancária e autoritária, e que são oriundas de um passado colonial, muitas vezes é confrontada com situações de resistência dos alunos, em que aqui podem ser detalhados os conceitos de incivilidade, transgressão e violência nas relações educativas.

De acordo com Freire (2002), a educação bancária é um modelo de ensino tradicional em que os alunos são tratados como receptores passivos de conhecimento, enquanto os professores são vistos como depositantes que transmitem informações para os alunos, que devem aceitá-las sem questionar ou participar ativamente do processo educacional.

Nesse contexto, a resistência discente, caracterizada pelo questionamento e enfrentamento das regras estabelecidas, emerge como um fenômeno que desafia as normas estabelecidas no cenário educacional. As relações de poder presentes no ambiente escolar moldam não apenas as dinâmicas de aprendizagem, mas também podem resultar em conflitos entre os atores envolvidos.

Essas situações estão relacionadas não só a um contexto histórico de relações de poder e subalternidade que ainda perdura em nossa sociedade contemporânea e que reflete no

interior da escola, como também em um contexto de educação familiar advinda de uma situação de vulnerabilidade social de camadas menos abastadas da sociedade.

Diante disso, é preciso pensar em como superar esses desafios e construir uma educação que promova uma prática humanizadora e que considere a individualidade e as vivências dos alunos. Dessa forma, a questão problema deste trabalho é: como a perspectiva da decolonialidade pode contribuir para repensar as relações educativas e lidar com as situações de resistência dos alunos?

Assim, o objetivo geral será: Analisar como a abordagem decolonial pode contribuir para repensar as relações educativas e situações de resistência discente. E os objetivos específicos oriundos são: 1) Investigar em produções recentes de pesquisa em educação como Capes e ANPed, narrativas de experiências de situações de resistência discente na escola; 2) Analisar, sob a perspectiva da abordagem crítica decolonial, como o problema da resistência discente está relacionado à relação de poder na vida escolar e social; 3) Refletir como as concepções sobre a decolonialidade contribuem para a construção de relações educativas transformadoras da vida de sujeitos, de escolas e da sociedade.

O objeto central da pesquisa tem como itinerário uma reflexão crítica do problema e de como a educação ainda é uma das responsáveis pelas formas de reprodução social de relações de poder e desenvolver uma compreensão de como a pedagogia da decolonialidade pode contribuir para construção de compreensões e práticas educativas que transformem a vida dos sujeitos da educação, da escola e da sociedade.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Sobre a natureza da pesquisa que vem a ser estudada, será uma abordagem qualitativa que, de acordo com Ludke e André (2014), não emprega estatísticas para analisar os dados e sim porque se pretende com a temática da decolonialidade, tratar dos significados que os sujeitos atribuem à realidade.

Essa pesquisa pode ser classificada como exploratória e explicativa. Exploratória, pois para Markoni e Lakatos (2007), é uma investigação de pesquisa empírica e tem como fator principal, a primeira aproximação ampla com o tema e tem por objetivo criar uma maior familiaridade em relação a este, a captura de mais informações a respeito da temática e a formulação de hipóteses.

Explicativa que de acordo com Gil (2007), descreve e identifica as causas dos fenômenos que, direcionando para a temática deste trabalho, ocasionam a resistência discente

e a necessidade de uma prática decolonial na educação.

Sobre o objeto, terá uma abordagem indireta e se enquadra na pesquisa bibliográfica pois aqui não há a pretensão de um aprofundamento prático acerca do tema, assim será feito levantamento de dados a partir da análise de livros e artigos, as teorias, hipóteses e opiniões de autores especialistas no assunto.

Para Gil (2007), a pesquisa bibliográfica é um tipo de pesquisa que se baseia na análise de fontes de informação escritas e impressas para coletar dados, revisar o conhecimento existente sobre um tópico e embasar argumentos ou análises em um estudo acadêmico ou de pesquisa.

É uma análise de conteúdo, que para Bardin (2011), é uma abordagem metodológica que envolve a leitura, a interpretação e a descrição sistemática do conteúdo de mensagens ou materiais de comunicação, como textos, imagens, áudio ou vídeo.

Também é uma pesquisa integrativa, onde o objetivo é utilizar autores de diversas áreas da educação ou outros para compreender o tema. Para Souza, Silva e Carvalho (2010), a pesquisa integrativa visa reunir e sintetizar informações de diversas fontes e metodologias para uma compreensão mais completa e abrangente do tema de estudo.

Os documentos selecionados para análise são, prioritariamente, artigos científicos e outros materiais dos últimos cinco anos (2018 a 2023) que abordem a temática da resistência discente, utilizando como itinerário a palavra "indisciplina". A escolha deste período recente visa garantir que a pesquisa esteja atualizada em relação às discussões contemporâneas sobre o assunto. A busca foi realizada nas plataformas Capes e ANPed para abranger uma ampla gama de estudos e discussões relacionados à decolonialidade na educação e à resistência discente no ambiente escolar.

Sobre a ANPED, foi considerado o fato de ser uma plataforma conhecida e ser um dos principais eventos acadêmicos na área de educação, reunindo pesquisadores, especialistas e educadores de todo o país. Embora seja verdade que a participação na ANPED possa ser limitada devido a questões de acessibilidade e custos, a qualidade e a relevância das discussões e pesquisas apresentadas neste evento vieram de encontro com os objetivos deste trabalho, por abordar temas contemporâneos e prementes dentro do campo educacional.

A seleção dos artigos para análise seguiu critérios para manter o foco na pesquisa. Inicialmente, identificamos oito artigos sobre resistência discente nas plataformas Capes. No entanto, durante a análise, observamos que três deles não estavam alinhados com os objetivos

deste estudo ou não contribuem significativamente para a compreensão da resistência discente em uma perspectiva crítica. Portanto, excluímos esses três artigos da amostra.

A seleção de artigos científicos e documentos recentes se justifica pela necessidade de manter a pesquisa atualizada nas discussões sobre resistência discente e decolonialidade na educação. A utilização da palavra "indisciplina" como critério de pesquisa nas plataformas se deve à sua capacidade de recuperar um maior volume de textos, embora seja importante notar que essa palavra se relaciona mais com uma perspectiva disciplinarista da educação, em contraste com o termo "resistência discente," que aborda o questionamento e enfrentamento das regras escolares, bem como as relações de poder, práticas decoloniais e opressões nos discursos dos sujeitos.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A abordagem deste trabalho envolve a exploração da decolonialidade na educação como uma perspectiva humanizadora e contraponto às relações educativas tradicionalmente enraizadas em abordagens bancárias e disciplinaristas. Antes de mergulhar no objeto central deste trabalho que é a decolonialidade, é imperativo contextualizar as expressões "Colonial" e "Decolonial" a fim de fornecer um fundamento compreensivo para a análise subsequente.

Em um primeiro momento, será abordado as perspectivas do pensamento colonial e sua relação com a alteridade, para que posteriormente seja adentrado essas perspectivas dentro do ambiente escolar. No segundo tópico deste desenvolvimento, será abordado as relações de poder na sociedade, a concepção de subalternidade, e ao adentrar essas práticas no campo da educação, haverá a questão da resistência discente como consequência e questionamento dessas formas de poder.

3.1 O pensamento decolonial, alteridade e a educação

O termo "Colonial" refere-se ao que se relaciona a uma colônia ou ao colonialismo. Há assim as derivações colonialidade e colonialismo. O colonialismo representa o período histórico em que nações europeias expandiram seu domínio sobre territórios em diferentes partes do mundo, impondo suas normas, valores e sistemas de exploração, com o objetivo de expandir sua influência, extrair recursos e exercer poder.

Para Costa (2006, p.83-84, *apud* Balestrin, 2013, p.90) ao tratar do Colonialismo no aspecto social discorre que o mesmo “alude a situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais”. Para o aspecto econômico, Ferreira (2014) argumenta que o colonialismo desempenha um papel crucial no desenvolvimento do

capitalismo (p. 255).

Portanto, as análises de Costa (2006, p.83-84, *apud* Balestrin, 2013) e Ferreira (2014) destacam a complexa influência do colonialismo, abrangendo aspectos sociais e econômicos. Enquanto Costa ressalta o caráter opressivo do colonialismo nas esferas de gênero, étnicas e raciais, Ferreira enfatiza seu papel fundamental no desenvolvimento do sistema capitalista. Essas perspectivas oferecem uma compreensão das ramificações e da influência do colonialismo na sociedade e na economia contemporânea.

Partindo disso, surge a colonialidade, que se refere especificamente às estruturas de poder, dominação e desigualdade que persistem mesmo após o fim do colonialismo político. Ela se manifesta em várias dimensões, incluindo a economia, a política, a cultura e o conhecimento nos tempos hodiernos, refletindo também na escola.

Conforme destacado por Leite, Ramalho e Carvalho (2019), a terminologia 'colonialidade' foi forjada por intelectuais latino-americanos, notadamente Aníbal Quijano, do coletivo Modernidade/Colonialidade (M/C). Para Quijano (2000), a colonialidade representa um dos pilares fundamentais do sistema mundial de poder capitalista, baseando-se na imposição de classificações raciais e étnicas à população global.

Esse conceito, originado e globalizado a partir da América, permeia todas as esferas da existência social e escala social, influenciando de maneira abrangente e duradoura a dinâmica das sociedades. A descolonialidade emerge como uma resposta crítica a esses legados do colonialismo. Ela se concentra em dismantelar as estruturas de poder e em desafiar as narrativas dominantes que perpetuam desigualdades e opressão. Para Ballestrin (2013), o termo:

...diz respeito ao tempo histórico posterior aos processos de descolonização do chamado “terceiro mundo”, a partir da metade do século XX. Temporalmente, tal ideia refere-se, portanto, à independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo – especialmente nos continentes asiático e africano. (BALLESTRIN, 2013, p.90)

Assis e Souza (2018, p.161), destacam que, mesmo após os processos de descolonização as mudanças foram apenas política e territorial em várias partes do mundo, especialmente nas sociedades ocidentalizadas, assim as mudanças nas relações sociais não foram significativas ou profundas. As estruturas de poder estabelecidas durante o período colonial continuaram em grande parte intactas. Essas estruturas de poder são fundamentadas em categorias como raça, classe e origem, e elas perpetuam a dominação social (ASSIS e

SOUZA, 2018 p. 161). .

Considerando essa realidade, surge o conceito da decolonialidade, uma abordagem intelectual e filosófica que procura resgatar as vozes marginalizadas ao longo da história e redefinir as relações de poder presentes na sociedade e na educação. Essa perspectiva crítica busca questionar as formas pelas quais o conhecimento, a cultura e as identidades foram sistematicamente subjugadas, muitas vezes refletindo estruturas coloniais que perpetuam desigualdades e injustiças.

Para Ballestrin (2013), “o termo se refere a um conjunto de contribuições teóricas oriundas principalmente dos estudos literários e culturais, que a partir dos anos 1980 ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra”. Costa (2006, p.83-84 *apud* Balestrin, 2013, p.90) afirma que:

...o pós-colonialismo partilha, em meio às suas diferentes perspectivas, do “caráter discursivo do social”, do “descentramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos”, do “método da desconstrução dos essencialismos” e da “proposta de uma epistemologia crítica às concepções dominantes de modernidade.

Essa perspectiva surge aqui em territórios latinos, através de estudos realizados por intelectuais latino-americanos espalhados pelas universidades a partir da década de 90 e que tinham como argumento a “XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de “giro decolonial”. (BALLESTRIN, 2013). Ao abordar os conceitos e fundamentos da decolonialidade, é crucial explorar três pilares inter-relacionados que sustentam essa perspectiva: o poder, o conhecimento e a identidade.

O estudo decolonial analisa a distribuição e exercício do poder, através dos estudos de Aníbal Quijano, nas relações sociais, evidenciando como as estruturas de poder colonial continuam a afetar a vida das pessoas. Grosfoguel, (2008, p.126), ao tratar da colonialidade do poder, destaca que as relações de colonialidade persistem na esfera econômica e política mesmo após o fim do colonialismo, apontando para a continuidade das formas de dominação e a influência das estruturas coloniais no sistema-mundo capitalista moderno. O pensamento colonial frequentemente estabelece hierarquias baseadas em características como raça, gênero e classe, perpetuando desigualdades e marginalização.

Assim, quando se trata da colonialidade do saber, para Lander (2005), a colonialidade do saber destaca que além das profundas desigualdades e injustiças sociais deixadas pelo colonialismo e imperialismo, também existe um legado epistemológico eurocêntrico que limita nossa capacidade de compreender o mundo a partir das perspectivas locais e das

epistemes próprias de cada contexto.

Um autor importante na discussão crítica sobre a colonialidade do saber é Boaventura de Sousa Santos que ao tratar da “sociologia das ausências” defende a importância de valorizar diferentes formas de conhecimento e experiências, especialmente aquelas historicamente marginalizadas, como uma maneira de superar a visão limitada e hierarquizada da racionalidade que prevaleceu na história da filosofia e da ciência. (Santos, 2006)

Nesse caminho de crítica à colonialidade do saber Mignolo (2003), traz a concepção do "pensamento de fronteira" que se refere a uma perspectiva plural e diversificada que emerge desse encontro, representando novas maneiras de pensar e agir que desafiam e buscam reconfigurar as estruturas de poder historicamente estabelecidas pelo colonialismo.

Esse pensamento questiona e contesta vigorosamente a influência dominante do conhecimento europeu moderno, destacando a necessidade de considerar e incorporar alternativas e perspectivas que refletem a riqueza e a diversidade de conhecimentos e experiências que existem no mundo

Assim, conhecimento ocidental e eurocêntrico tem sido historicamente privilegiado em detrimento das epistemologias indígenas, afrodescendentes e de outras culturas colonizadas. A decolonialidade desafia essa hegemonia epistêmica, defendendo a inclusão e valorização dos saberes e perspectivas culturais diversificadas.

A identidade individual e coletiva das pessoas muitas vezes foi moldada pelo pensamento colonial, resultando em uma negação ou supressão das identidades culturais e étnicas. A decolonialidade busca empoderar as identidades marginalizadas, permitindo que os indivíduos se reconectem com suas raízes culturais e reivindiquem sua história.

Adentrando ao campo da educação, a decolonialidade se apresenta como uma alternativa transformadora, capaz de confrontar as tendências disciplinaristas e bancárias que perpetuam desigualdades e restrições à autonomia docente. Assim, a decolonialidade visa a dismantlar as influências do pensamento colonial que permeiam os sistemas de ensino, os currículos e as práticas pedagógicas.

Dois autores que são destacados e considerados precursores da Pedagogia Decolonial são Paulo Freire e Catherine Walsh. Para Walsh (2009), a pedagogia decolonial é um projeto abrangente que engloba aspectos políticos, sociais, epistêmicos e éticos, destacando a importância de valorizar conhecimentos previamente marginalizados e adotar uma abordagem desafiadora em relação às restrições impostas pela estrutura colonial.

Nesse sentido, a Pedagogia Decolonial é uma abordagem educacional e política que visa descolonizar o conhecimento, reconhecer a diversidade cultural, e lutar contra as desigualdades e injustiças que persistem na sociedade contemporânea. Ela busca empoderar as vozes e as perspectivas marginalizadas e desafiar as estruturas de poder que perpetuam a colonialidade.

Paulo Freire em 1969, publica a obra “Extensão ou Comunicação” no qual critica a palavra “Extensão” e questiona os a relação entre agrônomos e os camponeses, considerando que os saberes dos agrônomos não são dialógicos com os saberes dos camponeses, trazendo assim um processo de desumanização que não é comprometida com uma educação libertadora. (Freire, 2020)

Pode-se perceber, portanto, que na obra de Paulo Freire, de forma indireta, emergem elementos da Pedagogia Decolonial ao questionar a colonialidade do saber. Esses elementos, mais tarde, foram abordados e desenvolvidos nos estudos de pesquisadores como Catherine Walsh, sendo considerados precursores fundamentais da Pedagogia Decolonial.

Conforme apontado por Joaquim e Oliveira (2021), Paulo Freire também abordou questões relacionadas à crítica da suposta neutralidade científica, à invasão cultural como um meio de silenciar e reificar as pessoas oprimidas, à hierarquização do conhecimento e ao preconceito epistêmico, além da conscientização social como uma estratégia de transformação.

Um conceito interligado a este pensamento, trata da alteridade que parte de um princípio ético de consideração e respeito pelo outro. Corrobora assim o seu conceito que o define como aquilo: “Que se opõe à identidade, ao que é próprio e particular; que enxerga o outro, como um ser distinto, diferente.” O seu sentido etimológico deriva do francês *altérité*, que significa mudança.

A alteridade é um conceito que remete à ideia de outras formas de ser e pensar, que estão fora de nós mesmos. Na filosofia, por exemplo, a alteridade é compreendida como um encontro com o outro que é diferente de nós mesmos, que possui uma subjetividade própria e uma perspectiva que não é a nossa.

A abordagem da alteridade na filosofia ética reconhece a complexidade da experiência humana e a diversidade de perspectivas e contextos. Ela busca uma ética que seja sensível à singularidade de cada ser humano e que não busque impor visões universais ou abstratas sobre o que é certo ou errado. (Farinon, 2018, p.131)

Para Lévinas (2004, p.27), a presença do outro nos confronta com uma responsabilidade ética fundamental. É uma chamada à nossa responsabilidade em relação ao outro, antes mesmo de buscarmos entendê-lo. A alteridade, nesse contexto, refere-se à singularidade e à diferença inerentes ao outro, que não podem ser totalmente apreendidas ou assimiladas pelo intelecto.

Ou seja, a relação com o outro é caracterizada por uma responsabilidade ética que vai além da compreensão intelectual, enfatizando a importância de reconhecer a singularidade do outro e nossa responsabilidade para com ele antes de qualquer tentativa de compreensão racional.

Em um sentido amplo, a alteridade trata do exercício contínuo de se colocar e compreender o outro, deixando as suas perspectivas individuais, concepções, culturas, pensamentos de lado para que assim se possa enxergar a realidade do outro, seus sentimentos, sua individualidade como diferentes.

Benjamin (1986, p.168, *apud* Farinon, 2018. p. 131) diz que.

Com a alteridade ocorre um compromisso com o humano que se constitui enquanto abertura, enquanto um-para-o-outro, ou enquanto um-com-o-outro. Com ela, a diferença se torna condição humana, fazendo surgir a esperança de que a violência seja superada por relações cujos meios sejam, em palavras benjaminianas, “atenção do coração, a simpatia, o amor pela paz, a confiança e outras qualidades a mais” (BENJAMIN, 1986, p. 168).

No pensamento decolonial, a noção de alteridade desafia a ideia de que uma única visão de mundo, cultura ou conhecimento é universalmente válida. Em vez disso, reconhece-se que diferentes grupos sociais têm suas próprias experiências, valores e perspectivas, todas igualmente válidas e merecedoras de respeito. Essa abordagem se opõe à ideia colonial de superioridade de uma cultura sobre outras, que historicamente tem sido imposta através do poder e da violência.

No contexto educacional, a alteridade se manifesta nas relações entre os diferentes atores que compõem o ambiente escolar: alunos, professores, gestores, funcionários, pais e comunidade. A alteridade pode ser entendida como um elemento fundamental para uma educação inclusiva, que respeita e valoriza as diferenças e que busca construir relações de diálogo e colaboração.

Assim, alteridade e decolonialidade se dialogam ao enfatizar a importância de reconhecer a diversidade, a singularidade e a subjetividade do outro, especialmente aqueles

que foram historicamente marginalizados e subalternizados pelo colonialismo e pelo sistema hegemônico.

Em suma, os conceitos e fundamentos da decolonialidade oferecem uma abordagem crítica para desafiar as estruturas de poder e o legado do colonialismo na educação. Ao reconhecer as interseções entre poder, conhecimento e identidade, a decolonialidade busca criar uma educação mais equitativa, inclusiva e transformadora. A compreensão desses conceitos é essencial para a análise crítica das relações de poder na escola e para a busca de alternativas que promovam a justiça social e a igualdade.

3.2 Relações de Poder na sociedade e na escola

Neste tópico, mergulharemos nas análises de Michel Foucault sobre o poder, na sociedade, bem como nos trabalhos de outros teóricos contemporâneos que exploram essas questões em um contexto educacional. Através dessa exploração, buscamos lançar luz sobre as complexas relações de poder que moldam não apenas a sociedade em geral, mas também a experiência educacional, e examinaremos como essas relações podem criar ou desafiar dinâmicas de subalternidade e resistência dentro das escolas.

Michel Foucault (1979) argumenta que a análise do poder deve se concentrar em suas manifestações mais localizadas e regionais, especialmente quando o poder transcende as restrições legais que o definem. Em outras palavras, a atenção deve ser direcionada para as expressões do poder que se afastam cada vez mais das estruturas jurídicas convencionais.

Ou seja, para ele, o poder não se limita apenas às instituições de autoridade e às leis escritas, mas também se manifesta em práticas cotidianas, relações sociais e dinâmicas de poder que podem não ser formalmente reconhecidas. Portanto, para uma compreensão completa do poder, é necessário investigar essas manifestações menos formais e muitas vezes mais sutis de poder que ocorrem nas extremidades do sistema legal.

Um conceito oriundo dessas relações de poder se trata da subalternidade, explorados por alguns autores. Segundo Spivak (2010), a subalternidade é um conceito que aborda a condição de submissão na qual indivíduos ou grupos têm suas vozes silenciadas ou marginalizadas, implicando a cessão de autoridade e poder a outros. Essa noção revela-se particularmente relevante para a compreensão das dinâmicas em que as classes menos favorecidas são frequentemente compelidas à submissão e à subalternidade, desempenhando um papel crucial na perpetuação das desigualdades de poder na sociedade.

Surge assim, a opressão que para Paulo Freire (2002), envolve o uso do poder por

parte de indivíduos ou grupos considerados hierarquicamente superiores para coagir e restringir a liberdade dos oprimidos, impedindo-os de exercer plenamente seus direitos e liberdades como seres humanos.

Essas relações de poder que surgem na sociedade também se manifestam na escola. Os alunos, professores e demais membros da comunidade escolar estão imersos em um ambiente que reflete e perpetua as hierarquias sociais. Os professores, muitas vezes, representam a autoridade máxima na sala de aula, o que pode resultar em relações desiguais de poder.

Explorando as dimensões do poder e do saber na educação, podemos identificar a influência do poder nas relações entre professores e alunos, bem como nas decisões curriculares e na seleção do conhecimento transmitido.

A resistência discente emerge como uma resposta às relações de poder desiguais presentes na escola e na sociedade em geral. Os alunos podem se rebelar contra práticas educacionais opressivas, currículos eurocêntricos e sistemas de avaliação que perpetuam desigualdades. A resistência discente é uma manifestação da busca por agência e voz em um contexto em que o poder muitas vezes é exercido de cima para baixo.

A incivilidade, a transgressão e a violência e a indisciplina podem ser interpretadas como formas de resistência dos alunos em relação a um modelo de escola que não valoriza a sua subjetividade e que os trata como objetos a serem moldados. Modelo este oriundo do pensamento Colonial.

Charlot (2002) oferece uma perspectiva sobre os conceitos de incivilidade, violência e transgressão, demonstrando como esses temas complexos e aparentemente separados estão intrinsecamente ligados no contexto educacional. A análise de Charlot leva a compreender que essas manifestações de comportamento não podem ser consideradas de forma isolada, pois frequentemente surgem como respostas a dinâmicas mais amplas na vida escolar.

Sobre a incivilidade:

... a incivilidade não contradiz, nem a lei e nem o regimento interno do estabelecimento, mas as regras da boa convivência: desordem, empurrões, grosserias, palavras ofensivas, geralmente ataque cotidiano - e com frequência repetido - ao direito de cada um (professores, funcionários, aluno) ver respeitada a sua pessoa. (CHARLOT, 2002. p.437)

Transgressão é definido como “comportamento contrário ao regulamento interno do estabelecimento (mas não ilegal do ponto de vista da lei), absenteísmo, não realização de

trabalhos escolares, falta de respeito e etc.” (CHARLOT, 2002. p.437).

Quanto a violência e indisciplina, Aquino (1996), indica que eles têm características distintas no contexto escolar, com a indisciplina relacionada principalmente a questões comportamentais e normativas, enquanto a violência envolve ações físicas prejudiciais.

Ao abordar a questão do conhecimento, surge a necessidade de questionar a imposição de narrativas únicas e acolher a pluralidade de perspectivas para compreender o mundo. A promoção da diversidade cultural na educação é um fator-chave para criar um ambiente inclusivo que valoriza a identidade e fomenta uma autoestima positiva.

A perspectiva decolonial oferece uma lente crítica para analisar e transformar essas relações de poder desiguais na escola e na sociedade. Ela questiona as estruturas coloniais que persistem e advoga por uma abordagem mais inclusiva e equitativa na educação. Integrar a resistência discente a essa análise permite compreender como os alunos buscam desafiar e transformar as relações de poder existentes, promovendo uma educação mais justa e igualitária.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Nesta seção, será apresentada uma análise crítica dos dados coletados nas plataformas Capes e ANPed, com foco na temática da pedagogia ou pensamento decolonial e suas relações com as situações de resistência discente. A presente análise inicia-se a partir da observação das dificuldades enfrentadas durante o processo de busca por literatura relevante nas referidas plataformas.

4.1 Contextualização e levantamento dos dados

Durante a fase inicial desta pesquisa, foram encontrados desafios consideráveis na tentativa de localizar textos que abordassem a pedagogia ou o pensamento decolonial. Essas dificuldades também se estenderam à procura por documentos que discutem as relações de poder no contexto educacional. Essa constatação inicial destaca a necessidade de explorar abordagens alternativas para conduzir a pesquisa de forma eficaz.

No entanto, a pesquisa encontrou um êxito maior ao investigar as situações de "resistência discente" no ambiente escolar, mesmo ao utilizar a palavra-chave "Indisciplina" como itinerário de pesquisa. Este redirecionamento revelou-se fundamental para alcançar os objetivos do estudo, uma vez que permitiu a identificação de textos que abordavam a interseção entre resistência discente, relações de poder e pedagogia ou pensamento decolonial.

A partir desse ponto, a análise se orientará a partir das situações de resistência discente, aqui na análise utilizados a palavra indisciplina como ponto de partida. Considera-se que essas situações podem servir como uma lente analítica valiosa para compreender as dinâmicas de poder presentes nos discursos dos professores e demais membros da escola, bem como para explorar as conexões com a decolonialidade. Portanto, a pesquisa direciona sua atenção inicialmente para as narrativas e abordagens encontradas nos artigos que descrevem e analisam as situações de resistência discente.

Ao adotar essa abordagem, busca-se uma compreensão mais aprofundada de como as relações de poder se manifestam no contexto escolar e como a pedagogia ou o pensamento decolonial podem estar relacionados a essas situações.

Assim, a pesquisa segue um caminho metodológico que, embora inicialmente marcado por desafios na busca por literatura, direciona seu foco para a análise das situações de resistência discente como um ponto de partida fundamental para a compreensão mais ampla das interações entre poder, pedagogia e decolonialidade no contexto educacional.

No intuito de realizar uma análise abrangente e atualizada, esta pesquisa se concentra em textos publicados nos últimos cinco anos (2018 a 2023). A escolha desse período se deve à necessidade de considerar as discussões e desenvolvimentos mais recentes relacionados à resistência discente, relações de poder no contexto educacional e pedagogia decolonial.

Para alcançar esse objetivo, serão exploradas duas importantes fontes de dados acadêmicos: as plataformas Capes e ANPed. A escolha dessas plataformas se baseia em sua reconhecida relevância e confiabilidade como repositórios de pesquisa em educação. A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e a ANPed (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) abrigam uma vasta gama de trabalhos acadêmicos, incluindo teses, dissertações, artigos e outros tipos de publicações.

Essas plataformas são conhecidas por serem fontes ricas de informação e por abrangerem uma ampla diversidade de perspectivas acadêmicas. Portanto, ao direcionar a pesquisa para os textos disponíveis nessas fontes, busca-se garantir uma análise sólida e abrangente das interações entre poder, pedagogia e decolonialidade no contexto educacional contemporâneo.

Assim, segue no quadro abaixo os levantamentos dos artigos encontrados com a palavra “indisciplina” dentro do ambiente escolar, nas plataformas Anped e Capes nos períodos entre 2018 e 2023.

Tabela 1 - Número de artigos encontrados

PERIÓDICO	Nº DE ARTIGOS ENCONTRADOS
Anped	1
Capes	8

Fonte: Autor (2023)

Durante a busca por literatura relevante na plataforma ANPed, foi observada uma limitação significativa em relação à quantidade de artigos disponíveis sobre o tema da indisciplina no contexto educacional. Como demonstrado no quadro acima, ao encontrar apenas um artigo nesta plataforma no período delimitado de 2018 a 2023, demonstra-se na escassez de recursos disponíveis ressalta a possibilidade de uma lacuna na literatura acadêmica em relação à indisciplina como área de pesquisa nesta plataforma.

Ao procurar inicialmente pelo termo indisciplina, foi encontrado um artigo, mas que não atendia ao tempo delimitado para este trabalho. O texto em questão denominado “As percepções dos estudantes mineiros sobre a incidência de comportamentos de indisciplina em sala de aula: um estudo baseado nos dados do SIMAVE/PROEB 2007”, foi publicado em 2014, e analisa dados de 2007, não oferecendo subsídios necessários que retratam a atualidade das realidades presentes na escola.

Então ao analisar a plataforma Anped e considerando os textos encontrado, o quadro ficou assim estabelecido:

Tabela 2 - Artigos encontrados na plataforma ANPed

ARTIGO	AUTOR (ES)	PUBLICAÇÃO	LOCAL
Corpo Indisciplinado e o Direito de Aparecer: Pistas para Recolocar o Problema da Indisciplina na Escola	CHAVES, Silvane Lopes.	2021	Rio de Janeiro

Fonte: Autor (2023)

Na plataforma Capes a busca se mostrou exitosa ao encontrar uma variedade maior de artigos, mas para os critérios desta pesquisa, considerando o tempo estabelecido e as narrativas de resistência discente no ambiente escolar, foram encontrados oito artigos que

abordam essa temática específica, porém por considerar que três destes artigos apenas repetem discursos ou relativizam a indisciplina, foram escolhidos cinco artigos que trazem diferentes contribuições para a análise, conforme estão listados no quadro abaixo e organizados por ano de publicação:

Tabela 3 - Artigos encontrados na plataforma Capes

ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	AUTOR (ES)	LOCAL
2019	Políticas de Desobediência: Indisciplina e violência ou resistência?	GONÇALVES, Cláudia Macedo; GONÇALVES, Hebe Signorini.	Rio de Janeiro
2019	Indisciplina no contexto escolar: percepções de profissionais da educação de uma escola da Rede Estadual de Ensino de Goiás	SOUZA, Nilva Cristina de; CARVALHO, Christina Vargas Miranda e; SILVA, Luciana Aparecida Siqueira.	Goiânia
2019	Indisciplina escolar: análise dos registros de ocorrências de indisciplinas em escolas estaduais de Indaiatuba / SP	MOURA, Dirley Aparecido de; PRODÓCIMO, Elaine.	São Paulo
2021	A complexa relação humana no espaço escolar: o que indisciplina, currículo e cultura têm a nos revelar?	SANTOS, Rosane Barreto Ramos dos; QUEIROZ, Paulo Pires de.	Brasília
2022	Caso de ensino: narrativa sobre a indisciplina e a violência na instituição escolar.	SILVA, Michael Santos; NAKANICHI, Claudia; RIBEIRO,	Rio de Janeiro,

Débora Inácia;
BUSSOLOTI Juliana
Marcondes; CALIL,
Ana Maria Gimenes
Corrêa.)

Fonte: Autor (2023)

Essas obras desempenham um papel fundamental na compreensão das dinâmicas de poder, pedagogia e decolonialidade relacionadas à resistência discente. Através de uma análise desses recursos, espera-se contribuir para uma visão mais abrangente das questões educacionais abordadas neste estudo e, ao mesmo tempo, preencher uma possível lacuna na literatura acadêmica referente à resistência discente.

4.2 Decolonialidade: O que dizem os dados?

Considerando o texto encontrado na plataforma ANPed, o texto de Chaves (2021), tem como objetivo central a produção de um registro pós-estrutural para contestar as construções de sentido em torno da indisciplina na educação. Em linhas gerais, o texto aborda como a indisciplina na escola pode ser compreendida sob uma nova perspectiva, incorporando elementos pós-estruturais e políticos, com o propósito de promover uma abordagem mais ética e inclusiva no âmbito educacional.

Chaves introduz o conceito de "corpo indisciplinado" como algo que desafia a ordem estabelecida na escola, destacando suas implicações políticas. Isso nos leva a compreender que o comportamento considerado indisciplinado não é apenas uma quebra de regras, mas também uma manifestação de poder e resistência por parte dos estudantes.

A autora inicia o texto com o relato de um estudante de 17 anos, que enfrentou dificuldades ao não conseguir compreender a linguagem utilizada pela professora, resultando em sua exposição à humilhação diante dos colegas e, conseqüentemente, em sua desistência dos estudos. Esse relato concreto ilustra as questões abordadas pela autora, relacionadas às dificuldades de compreensão, à experiência de vergonha na escola e ao impacto negativo dessas experiências na presença e no engajamento dos alunos na educação.

Além disso, o texto analisa o caso de alunos que frequentam a escola fisicamente, mas não participam ativamente das aulas. Esses alunos são descritos como estando presentes no ambiente escolar, mas não envolvidos no processo de aprendizado, o que desafia a ideia tradicional de que os alunos devem participar ativamente das aulas. A escola busca, muitas

vezes, "recodificar" ou modificar esse comportamento para enquadrá-lo no padrão esperado, o que gera um conflito com o "sujeito educado", ou seja, os alunos que seguem as regras e participam das aulas conforme o discurso pedagógico normalizado.

A autora utiliza termos como "lógica polarizada" e "fluxos de significação" para descrever como a escola impõe normas e padrões de comportamento aos alunos. Isso sugere que a tentativa de fazer com que o aluno se ajuste ao padrão da escola é, na verdade, um exercício de poder que define o que é considerado "normal" na educação.

O texto também aborda como a escola tenta retratar o comportamento que não se encaixa no padrão como algo estranho ou externo ao sistema educacional. Isso faz parte do esforço para estabelecer uma norma e manter a estabilidade do sistema educacional, baseando-se no projeto de reconhecimento da escola.

Resumidamente, o texto discute como as escolas lidam com alunos que frequentam a escola, mas não participam ativamente das aulas, e como isso afeta o sistema educacional e a noção de normalidade na educação. A autora ilustra como as experiências individuais dos alunos podem ser profundamente afetadas pela dinâmica da sala de aula e como essas experiências têm implicações éticas e políticas mais amplas.

Passando para os textos da Capes, e para fins de organização foi feita uma linha de análise ao longo dos anos de 2019 até 2022. O texto de Gonçalves (2019) examina os complexos processos de marginalização e criminalização que afetam a juventude, concentrando-se na análise crítica de como essas dinâmicas sociais moldam a construção da subjetividade dos jovens.

Sua pesquisa envolveu rodas de conversa com alunos de 17 anos de escolas públicas do Rio de Janeiro, a maioria de comunidades carentes e de ascendência negra. O título do texto, que questiona se deve abordar "indisciplina e violência" ou "resistência", evidencia a complexidade desses fenômenos na dinâmica escolar, ressaltando a necessidade de uma análise profunda para entender as sutilezas por trás desses conceitos e as relações de poder subjacentes.

Já o texto de Souza, Carvalho e Silva (2019) se concentra nas percepções de gestores e professores do Ensino Médio de uma escola pública em Goiás sobre a indisciplina e suas estratégias de enfrentamento. A pesquisa utiliza questionários e entrevistas, destacando a indisciplina instrucional como um ponto de foco.

As estratégias para lidar com esse problema enfatizam o diálogo e a compreensão do

contexto dos alunos. No entanto, é importante notar que essa abordagem revela aspectos significativos das relações de poder na escola. A ênfase na colaboração dos pais é fundamental, mas é preciso considerar as desigualdades socioeconômicas e de acesso que podem impedir a participação de todos. Além disso, ao apontar o desinteresse como a principal causa da indisciplina, é essencial analisar como as estruturas de poder e as dinâmicas sociais afetam o engajamento dos alunos.

Moura e Prodócimo (2019) concentram-se na indisciplina escolar e na análise dos Registros de Ocorrências de Indisciplinas (ROIs) em escolas estaduais de SP. A identificação de estudantes indisciplinados é feita por meio de entrevistas com professores e observações de aulas, levantando questões sobre como os critérios para determinar comportamentos indisciplinados podem ser influenciados por percepções e preconceitos individuais.

A lista extensa de comportamentos indesejados que os alunos devem evitar reflete as expectativas estabelecidas pelos professores e equipe gestora, sem considerar as vozes e perspectivas dos próprios alunos. Isso levanta preocupações importantes sobre como as regras disciplinares refletem relações de poder e hierarquias no ambiente escolar, particularmente em relação à diferença entre respeito e obediência.

No texto de Santos e Queiroz (2021), a pesquisa investiga as percepções de professores e alunos sobre a indisciplina e a cultura escolar, com foco na importância dos diálogos interculturais na mitigação de conflitos. A pesquisa, realizada em escolas de Nova Iguaçu, RJ, destaca a necessidade de construir diálogos interculturais por meio de práticas curriculares flexíveis e plurais, reconhecendo e valorizando as diversas origens étnico-histórico-culturais dos sujeitos envolvidos. Esse estudo se destaca por dar voz aos estudantes e por adotar uma análise crítica fundamentada em autores da decolonialidade na educação, como Paulo Freire e Catherine Walsh.

No estudo de Nakanichi, Ribeiro, Bussolotti e Calil (2022), o foco recai sobre a análise de um caso de ensino vivenciado por um professor em início de carreira, destacando a importância da reflexão sobre suas atitudes diante de situações conflituosas na escola. A pesquisa, baseada na narrativa de um jovem professor de artes, ressalta a escola como um espaço de formação e aprendizado para todos os envolvidos. No entanto, a perspectiva do aluno é novamente deixada de lado, e a experiência do professor em lidar com situações de conflito, muitas vezes sem o apoio da gestão escolar e dos pais, é o principal objeto explorado.

Dentre os pontos principais que entrelaçam ambos os artigos analisados, o primeiro a ser observado é o tratamento da indisciplina na escola como um fenômeno complexo e multifacetado que merece uma análise crítica e aprofundada. Os textos analisados revelam diversos aspectos dessa questão, lançando luz sobre os desafios que enfrentamos no ambiente educacional contemporâneo.

Ao detalhar esses aspectos, em primeiro lugar, é fundamental compreender que a resistência discente não se limita a meras violações de regras. Ela vai além disso, refletindo dinâmicas sociais, culturais e políticas mais amplas. Os textos destacam que, ao abordar a indisciplina, é preciso que a equipe escolar considere não apenas o comportamento dos alunos, mas também as relações de poder que permeiam o ambiente escolar que provocam essa resistência.

As relações de poder desempenham um papel crucial na dinâmica da escola. Professores e gestores têm autoridade sobre os alunos, mas essa autoridade não deve ser exercida de forma arbitrária ou opressiva. Os textos argumentam que o diálogo e a compreensão são ferramentas essenciais na abordagem da indisciplina. É importante ouvir as vozes dos alunos, compreender suas experiências e reconhecer suas necessidades individuais.

Ao considerar a educação como um campo em constante evolução, os educadores devem estar dispostos a aprender com suas próprias experiências e a compartilhar conhecimento com seus pares. No entanto, é preciso reconhecer que muitos desses desafios não devem ser enfrentados isoladamente, sem o apoio da gestão escolar ou dos pais.

Uma abordagem crítica também questiona as normas disciplinares estabelecidas nas escolas. Muitos textos apontam que a imposição de uma lista extensa de comportamentos indesejados pode ser excessivamente restritiva e punitiva. Isso cria um ambiente de constante monitoramento e controle, o que afeta negativamente a autonomia dos alunos e seu senso de pertencimento à comunidade escolar.

Além disso, a abordagem decolonial presente de forma indireta em alguns textos levanta questões importantes sobre como as estruturas de poder, os vieses culturais e as dinâmicas sociais podem influenciar a percepção e o tratamento da resistência discente. Isso nos leva a considerar como as regras disciplinares podem refletir relações de poder e hierarquias no ambiente escolar.

Em resumo, a resistência discente é um tema que exige um olhar crítico e profundo por parte dos educadores. Ela não pode ser reduzida a uma simples questão de quebra de

regras, mas deve ser compreendida em sua complexidade, considerando relações de poder, perspectivas dos alunos, diálogo, formação de professores e uma visão ética e inclusiva da educação. Somente através de uma abordagem crítica podemos buscar soluções mais justas e equitativas para esse desafio educacional.

Em resumo, os textos da Capes de 2019 a 2022 abordam diferentes aspectos da resistência discente na escola, evidenciando as complexidades das relações de poder e destacando a importância da inclusão de perspectivas dos alunos. A análise crítica desses textos ressalta a necessidade de repensar as regras disciplinares, promovendo um ambiente mais inclusivo e respeitoso, em consonância com os princípios da decolonialidade na educação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha da temática para este trabalho é fruto de uma reflexão profunda e de uma trajetória marcada pela experiência no campo de atuação em uma instituição de ensino pública. Essa trajetória conduziu à compreensão das complexas dinâmicas que permeiam o ambiente escolar, especialmente em um contexto socioeconômico vulnerável e permeado por desafios como o enfrentamento da violência e a resistência dos alunos às demandas escolares.

Inicialmente, o enfoque nos temas da violência ou indisciplina na escola se apresentou como uma opção relevante, considerando sua abrangência e a importância social do assunto. No entanto, a compreensão de que essa abordagem poderia limitar-se a uma perspectiva comportamentalista e bancária da educação tradicional conduziu a uma revisão da direção do trabalho.

Por meio de leituras e discussões, emergiu uma clareza sobre a necessidade de explorar uma abordagem mais abrangente e contextualizada. Isso levou à identificação de um tema que envolve a violência e a resistência discente, mas se concentra nas complexas relações entre alunos e professores e nas dinâmicas de poder subjacentes. A partir dessa análise, o tema da decolonialidade na educação se apresentou como uma perspectiva humanizadora e libertadora capaz de abordar essas complexidades de maneira holística.

Portanto, a escolha da temática da decolonialidade na educação para este trabalho é resultado de uma trajetória de reflexão, pesquisa e direcionamento que visa explorar as interações entre os atores educacionais em um ambiente marcado por desafios e pelo desejo de promover relações educativas mais justas, igualitárias e transformadoras.

Assim, buscamos analisar como a abordagem decolonial pode contribuir para repensar

as relações educativas e as situações de resistência discente nas escolas. Ao explorar as narrativas de experiências de resistência discente na escola, compreendemos como esse problema está intrinsecamente relacionado à dinâmica de poder tanto na vida escolar quanto na sociedade em geral.

Ficou evidente nessa pesquisa que a resistência discente não deve ser vista simplesmente como comportamento disruptivo, mas como uma forma legítima de expressar descontentamento e desafiar as normas que muitas vezes perpetuam desigualdades no sistema educacional. As narrativas de alunos que se sentiram marginalizados e desumanizados em suas experiências escolares destacam a necessidade urgente de repensar a educação.

A abordagem crítica decolonial se mostrou uma lente valiosa para analisar essas questões, pois nos convida a questionar as estruturas de poder que moldam a educação e a considerar as vozes e perspectivas das pessoas subalternizadas. Ela nos lembra da importância de reconhecer e valorizar a diversidade epistemológica do mundo, superando o falso universalismo que muitas vezes permeia o ensino tradicional.

Por fim, concluímos que a decolonialidade oferece uma base sólida para a construção de relações educativas transformadoras que podem impactar não apenas a vida dos sujeitos envolvidos, mas também o funcionamento das escolas e da sociedade em geral. É um convite para repensar as práticas pedagógicas, promovendo a equidade, a inclusão e o respeito pela pluralidade de saberes e experiência.

REFERÊNCIAS

AQUINO J.G. **Confrontos na sala de aula: Uma leitura institucional da relação professor e aluno**. São Paulo. Summus. 1996.

ASSIS, Washington Luiz dos Santos; SOUZA, Sergio Luiz de. **Colonialismo e desigualdades sociais: ensaio teórico para a construção de um pensamento crítico pós-colonial**. Simbiótica, vol.6, n.1. Vitória, Brasil. 2019.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, (11), 89-117, 2013. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>>. Acesso em: janeiro de 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

CHARLOT, Bernard. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão**. Sociologias, Porto Alegre. Ano 04. 2002. Pág. 432-443.

CHAVES, Silvane Lopes. **Corpo Indisciplinado e o Direito de Aparecer: Pistas para Recolocar o Problema da Indisciplina na Escola.** In: 40a Reunião Nacional da Anped. 2021. UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em <http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_22_16>. Acesso em 12/08/2023.

FARINON, Mauricio João. **Alteridade e educação.** Joaçaba. Santa Catarina. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramalhe. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FRANÇA, Paulo Henrique Amorim. **Alteridade Ética, Justiça e Direito a partir do pensamento de Emmanuel Levinas.** Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) - Universidade Federal de Pernambuco - 2018;

FERREIRA, A. C. **Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial.** Soc. estado. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 256 p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020. 128 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, Cláudia Macedo; GONÇALVES, Hebe Signorini. **Políticas de Desobediência: Indisciplina e Violência ou Resistência?** PSI UNISC, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 1, jan./jun. 2019, p. 57-70.

GROSGOUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 2008, n. 80, p. 115-147.

JOAQUIM, B. dos S.; OLIVEIRA, L. M. P. de. **Paulo Freire na Genealogia da Pedagogia Decolonial: Uma Leitura de Extensão ou Comunicação?** Revista Inter-Ação, Goiânia, v. 46, n. ed. especial, p. 914–929, 2021. DOI:10.5216/ia.v 46 ied.especial.68056. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/68056>. Acesso em: 10 set. 2023.

LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

LÉVINAS. Emmanuel. **Entre Nós: Ensaio Sobre a Alteridade.** 3ª Ed. Tradução: Pergentino Stefano Pivatto. Editora: Vozes. 2004.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 2ª edição. Rio de Janeiro: E.P.U., 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

MIGNOLO, Walter D. **Historias locais, diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, 2003.

MOURA, Dirley Aparecido de; PRODÓCIMO, Elaine. **Indisciplina Escolar: Análise dos Registros de Ocorrências de Indisciplinas em Escolas Estaduais de Indaiatuba / SP**. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 21, n. 2, p. 513-529, abr./jun. 2019.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

SANTOS, Rosane Barreto Ramos dos; QUEIROZ, Paulo Pires de. **A Complexa Relação Humana no Espaço Escolar: O que Indisciplina, Currículo e Cultura têm a nos Revelar?** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 102, n. 261, p. 339-356, maio/ago. 2021.

SANTOS, B. de S. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. In: SANTOS, B. de S. (org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: ‘um discurso sobre a ciência’** revisitado. São Paulo: Ed. Cortez, 2006. p. 237-280.

SILVA, Michael Santos; NAKANICHI, Claudia; RIBEIRO, Débora Inácia; BUSSOLOTTI, Juliana Marcondes; CALIL, Ana Maria Gimenes Corrêa. **Caso de Ensino: Narrativa sobre a Indisciplina e a Violência na Instituição Escolar**. Revista Educação Online, Rio de Janeiro, n. 40, mai-ago 2022, p. 19-39.

SILVA, Elenice Maria de Oliveira e. **Pedagogia do oprimido: a educação na visão de Paulo Freire**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 05, Vol. 04, pp. 61-77. Maio de 2022. ISSN: 2448-0959. Disponível em <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/visao-de-paulo-freire>> Acesso em 17/08/2023.

SOUZA, Nilva Cristina de; CARVALHO, Christina Vargas Miranda e; SILVA, Luciana Aparecida Siqueira. **Indisciplina no Contexto Escolar: Percepções de Profissionais da Educação de uma Escola da Rede Estadual de Ensino de Goiás**. Multi-Science Journal, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 33-42, 2019.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. **Revisão integrativa: o que é e como fazer**. Einstein. São Paulo. 2010; 8(1 Pt 1):102-6.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Tradução: Sandra R. Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

WALSH, Catherine. **“Interculturalidad Crítica Y Pedagogía De-Colonial: Apuestas (Des) De El In-Surgir, Re-Existir Y Re-Vivir”**. Em: Vera Candau (Org.), Educação Intercultural hoje em América latina: concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, PUC-RJ, 2009.

TADEU DA SILVA FERREIRA

DECOLONIALIDADE E EDUCAÇÃO: Repensando as relações de poder no ambiente
escolar

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Pedagogia do
Campus Agreste da Universidade Federal de
Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo
científico, como requisito parcial para a
obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: 27/09/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nélio Vieira de Melo (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Luiz Gustavo Mendel de Souza (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Manuel Bandeira dos Santos Neto (Examinador Externo)
Universidade Estadual do Ceará